



Eixo: 7 - Classe social, gênero, raça, etnia e diversidade sexual

A Categoria Superexploração da Força de Trabalho: breve balanço crítico

Resumo:

Este artigo busca realizar um breve balanço crítico da categoria superexploração da força de trabalho, fundamental à Teoria Marxista da Dependência. Como tal categoria analítica tem se tornado cada vez mais frequente nos debates, pesquisas e movimentos de esquerda, considerar seu potencial para a apreensão da realidade brasileira é essencial aos que vislumbram a práxis revolucionária. Ao perscrutar as críticas à superexploração, percebe-se que existem elementos relevantes a serem considerados, especialmente o fato de que o passado colonial e escravocrata estabelecem, aqui, particularidades no tocante à força de trabalho e à formação nacional, que são essenciais para prospectar uma análise que repouse sobre a realidade concreta de nossa história e da luta de classes aqui objetivada.

Palavras-chave: Superexploração do trabalho; Dependência; Formação Nacional; Escravidão.

The Category Labour Force Overexploitation: a brief critical review

Abstract:

This article aims to realize a brief critical analysis of the category labour force overexploitation, fundamental to the Marxist Theory of Dependence. As this analytical category has become increasingly frequent in left-wing debates, research, and movements, considering its potential for the apprehension of the Brazilian reality is essential for those who envision revolutionary praxis. When scrutinizing the criticisms of overexploitation, one realizes that there are relevant elements to be considered, especially the fact that the colonial and slave-owning past establish, here, particularities with regard to the labor force and national formation, which are essentials to prospect an analysis that rests on the concrete reality of our history and the class struggle objectified here.

Keywords: Labour Force Overexploitation; Dependency; National Formation; Slavery.

1. Introdução

O Golpe de 1964 no Brasil é a expressão de um movimento mais amplo que ocorre em toda a América Latina: a ofensiva contrarrevolucionária do capital que consolida, nesses países, uma forma específica de objetivação do capitalismo, o subdesenvolvido e dependente. Esta realidade impôs ao pensamento crítico, que buscava lidar com a problemática do desenvolvimento, um novo desafio.

Até então, o ciclo expansivo da substituição de importações vinha mobilizando o romantismo acerca das aspirações e possibilidades abertas às frações mais progressistas das burguesias nativas, isto é, o subdesenvolvimento e a dependência como uma forma específica de ser do capitalismo, cujos problemas seriam passíveis de

superação através do aprofundamento das próprias forças capitalistas.

Inspirados nas experiências das revoluções burguesas clássicas e críticos à concepção liberal de desenvolvimento¹, os desenvolvimentistas apontavam no desenvolvimento nacional dos setores de bens de produção e na expansão do mercado interno o caminho para superar a dupla articulação²: dependência externa e profunda segregação social interna. A dupla articulação decorre do processo específico de formação dos países marcados pela colonização e pelo trabalho compulsório. No caso brasileiro, a colonização portuguesa e o trabalho escravo são indelévelis³ à constituição do país, que alinhava em seu interior uma revolução burguesa indissociável de seu caráter antidemocrático, antinacional e antissocial.

É neste contexto histórico que desponta a Teoria Marxista da Dependência (TMD), que tem em Ruy Mauro Marini seu principal expoente. Suas análises têm se tornado um dos principais aportes teóricos de intelectuais, movimentos e partidos de esquerda no país, que vêem em Marini um elo fundamental de mediação entre o nível de abstração das leis gerais do capitalismo desveladas por Marx e a particularidade de sua objetivação na América Latina e Brasil.

Por isso, aos que comungam do método marxiano – teoria e prática revolucionária – para apreender a realidade e os desafios impostos, resta importante analisar a teoria de Marini, perscrutando seus conceitos e categorias à luz da história em movimento. Mais especificamente, se propõe aqui um breve balanço crítico da categoria superexploração da força de trabalho, já que o fim da ditadura e a instauração da Nova República no Brasil, em 1988, bem como a mudança no padrão de acumulação capitalista nos anos 1970, a crise estrutural e sua expressão mais aguda a partir de 2007-2008, denotam que pensar a formação nacional⁴ continua uma urgência

1 Ricardo (1988), a partir da Teoria das Vantagens Comparativas, sugere que o comércio internacional permitirá que a especialização na produção dos bens em que é relativamente mais eficiente, resulte em vantagens para todos os países envolvidos. Ao passo que Rostow (1974), por exemplo, trata o subdesenvolvimento como etapa natural precedente dos processos de desenvolvimento capitalista. Nesse sentido, a concentração das economias latino-americanas na produção de bens primários para a exportação e as “livres forças de mercado” não constituiria um óbice ao desenvolvimento, mas sim o seu motor.

2 Para estudo mais aprofundado acerca da dupla articulação ver Fernandes (1975).

3 PRADO JR. (1977), ao tratar do “sentido da colonização” brasileira explicita como sua lógica se entranha e marca a história do país.

4 Tomando como referência Ianni (1992), Prado Jr. (1972) e Sampaio Junior (1999; 2012b), a formação nacional é entendida como a necessidade histórica da transição de uma economia colonial para uma

histórica. Isso porque, pensar a revolução socialista perpassa, necessariamente, pensar uma revolução nacional e democrática à luz da luta de classes de forma objetiva, ou seja, apreender a realidade a partir do solo histórico em que vige a exploração capitalista, para que se possa prospectar soluções concretas aos dilemas brasileiros. E neste caso, a categoria superexploração só pode ter potencial transformador se for capaz de explicar esta realidade histórica e seu movimento.

Realça-se que o presente texto não tem a pretensão de estabelecer respostas definitivas a tão controverso e complexo tema, mas sim lançar luz para a relevância do debate e a incorporação de alguns elementos a ele.

2. A Categoria Superexploração da Força de Trabalho

É na obra “Dialética da Dependência⁵” que Marini desenvolve parte significativa de seus argumentos, sendo tal texto considerado sua obra mais relevante, uma das percussoras da TMD e, também, o cerne dos debates e críticas que envolveram a corrente, como no que tange à superexploração.

Publicado em 1973, durante o exílio de Marini, tal ensaio só passou a ser mais conhecido no Brasil nos anos 2000, quando a crise capitalista leva a uma retomada e/ou ampliação da necessidade de compreensão da realidade e particularidade latino-americana, para além de concepções que a enxergam como atraso ou desvio de uma rota ora pré-estabelecida.

Para Marini (2000a), a América Latina contribui não apenas com elementos físicos, mas também para que prevaleça nos países centrais a produção de mais-valia relativa, ao mesmo tempo em que acirra a exploração dos países dependentes. Ao prover alimentos aos países industriais a América Latina, via comércio exterior, ajuda na redução do valor real da força de trabalho naqueles países. Ainda mais que essa oferta ao se ampliar reduz os preços dos produtos primários no mercado mundial⁶.

economia nacional. Isto é, pensar - à luz da história e da perspectiva de classe - a superação das contradições que marcam um país em que o arcaico e moderno se alinhavam e impõem dupla articulação - subordinação externa aos desígnios estrangeiros e regime de segregação social – como regra.

5 “Marini formulou o conceito de superexploração pela primeira vez, de forma mais sistemática, em *Dialética da dependência* (1973), que ampliou *Dialectica de la dependencia: la economia exportadora* (1972) – publicado inicialmente como artigo na revista *Sociedad y desarrollo*, editada pelo Centro de Estudios Socio-Económicos (CESO) no Chile [...]” (MARTINS, 2018, p. 463).

6 “Em outras palavras, mediante sua incorporação ao mercado mundial de bens-salário, a América Latina desempenha um papel significativo no aumento de mais-valia relativa nos países industriais.”

Ao aumento da oferta mundial de alimentos e matérias-primas corresponde o declínio de seus preços em relação às manufaturas, que se mantêm relativamente estáveis, e há deterioração dos termos de troca⁷. No intercâmbio de diferentes tipos de mercadorias (manufaturas x matérias primas), o simples fato de serem bens distintos e com produtividades⁸ distintas permite que as primeiras vendam seus produtos a preços maiores que o valor (intercâmbio desigual e cessão gratuita de valores pelas nações desfavorecidas)⁹.

As perdas operadas por essa transferência de valor (fruto da produtividade e/ou do monopólio de produção) impulsionam um mecanismo de compensação via aumento da massa do valor produzido e realizado. E isso se dá pela maior exploração do trabalho, com aumento da intensidade (mais valores no mesmo tempo, se contrapondo à menor produtividade), da jornada ou uma combinação de ambos. É isso que explica o aumento crescente da oferta mundial de matérias primas. Ou seja, se compensa a perda gerada pelo comércio internacional não através do aumento da capacidade produtiva do trabalho (correção da diferença entre os preços e o valor de suas mercadorias), mas pela maior exploração do trabalho. Um mecanismo de compensação à aparente queda da taxa de mais-valia (na verdade é transferência de mais-valia) que não se dá no nível de mercado, e sim na produção interna (MARINI, 2000a).

Resta então que certas partes do sistema só se desenvolvem à custa do subdesenvolvimento de outras. É o caso da transferência de excedentes dos países

(MARINI, 2000a, p. 115-116).

7 Raúl Prebisch e Celso Furtado, os membros mais proeminentes da CEPAL, foram os responsáveis por desenvolver a teoria que demonstra a deterioração dos termos de troca, ainda nos anos 40 e 50 do século 20.

8 “[...] no interior de um mesmo país há uma tendência à homogeneização da intensidade do trabalho, o que estabelece uma intensidade-padrão que serve de base para a medida do valor pela duração do tempo de trabalho. [...] No plano internacional, não há tal tendência à homogeneidade (aliás, tanto não havia no tempo de Marx como ainda não há hoje), mas ocorre o estabelecimento de uma escala de intensidades médias nacionais” (BORGES NETO, 2011, p. 93).

9 “Não é porque cometeram abusos contra nações não industriais que estas se tornaram economicamente fracas, é porque eram fracas que abusou-se delas. Não é tampouco porque produziram além do devido que sua posição comercial deteriorou-se, mas foi a deterioração comercial que as forçou a produzir em maior escalas. Negar-se a ver as coisas desta maneira é mistificar a economia capitalista internacional, é fazer crer que essa economia poderia ser diferente do que realmente é. Em última instância, isso leva a reivindicar relações comerciais equitativas entre as nações, quando se trata de suprimir as relações econômicas internacionais que se baseiam no valor de troca” (MARINI, 2000a, p. 118-119).

periféricos para os hegemônicos – dependência¹⁰ - os quais são gerados não pela criação de níveis mais avançados de tecnologia, mas pela superexploração da força de trabalho (CARCANHOLO, 2008).

Ao observar a América Latina nos anos 70, Marini percebe que aqui os mecanismos de extração de mais-valia absoluta são ainda bastante utilizados. Isto é, há uma superexploração do trabalho, ancorada na maior exploração da força física do trabalhador, em contraposição ao aumento da produtividade.

[...] importa assinalar que, nos três mecanismos considerados, a característica essencial está dada pelo fato de que são negadas ao trabalhador as condições necessárias para repor o desgaste de sua força de trabalho: nos dois primeiros casos [aumento da jornada de trabalho e aumento da intensidade de trabalho], porque lhe é obrigado um dispêndio de força de trabalho superior ao que deveria proporcionar normalmente, provocando assim seu esgotamento prematuro; no último [salário abaixo do valor da força de trabalho], porque lhe é retirada inclusive a possibilidade de consumo do estritamente indispensável para conservar sua força de trabalho em estado normal. Em termos capitalistas, esses mecanismos (que ademais podem se apresentar, e normalmente se apresentam, de forma combinada) significam que o trabalho é remunerado abaixo de seu valor e correspondem, portanto, a uma superexploração do trabalho (MARINI, 2000a, p. 156-7).

Percebe-se que em Marini (2000a) são três os mecanismos que operam a superexploração do trabalho, isto é, que negam ao trabalhador as condições para repor o desgaste de sua força de trabalho. Cabe realçar que, na atualização do debate, autores que se filiam teoricamente à TMD e a Ruy Mauro Marini têm apontado um desdobramento do terceiro mecanismo, que se liga à tendência histórico-cultural de aumento do valor da força de trabalho, ampliando assim para quatro¹¹:

[...] há quatro formas principais de superexploração do trabalho – atuando de forma isolada ou combinada (e esta última parece ser a tendência) – que possibilitam a continuidade do processo de acumulação capitalista na periferia, quais sejam: a) o aumento da intensidade do trabalho; b) a prolongação da jornada de trabalho; c) a apropriação, por parte do capitalista, de parcela do fundo de consumo do trabalhador (...) e d) a ampliação do valor da força de trabalho sem que seja pago o montante necessário para tal (AMARAL; CARCANHOLO, 2009, p. 221).

10 “[...] relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo âmbito as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência.” (MARINI, 2000a, p. 109).

11 Para Luce (2012), tais formas são: aumento da jornada, aumento da intensidade, aumento do valor histórico-moral da força de trabalho sem remuneração correspondente e conversão de parte do fundo de consumo em fundo de acumulação. Em Martins (2018, p. 469): “Indicamos ainda a necessidade de se integrar, ao conceito de superexploração, uma quarta forma de maior exploração do trabalhador, referente ao aumento do valor da força de trabalho, associada à elevação de sua qualificação sem a remuneração equivalente. Afirmamos que essa quarta forma, apesar de não estar explicitada por Ruy Mauro Marini, surge em várias passagens de seus trabalhos.”

O primeiro seria o aumento da intensidade do trabalho [...]. O segundo seria a prolongação da jornada de trabalho que, como o próprio termo já revela, trata-se da extensão do tempo de trabalho de forma a acrescentar o tempo de trabalho excedente em relação ao tempo de trabalho necessário [...]. O terceiro trata da apropriação de parte do fundo de consumo do trabalhador – com o que se reduz o fundo necessário para o trabalhador garantir sua subsistência [...]. O quarto mecanismo envolve a ideia de que o valor da força de trabalho é histórica e socialmente determinado. Sendo assim, quando, com o passar do tempo, o valor da força de trabalho se eleva sem que haja correspondente elevação dos salários, podemos dizer que se configura uma nova forma de superexplorar a força de trabalho (DUARTE, 2016, p. 110).

Portanto, em Marini a superexploração do trabalho consiste em mecanismos utilizados pelas burguesias periféricas para compensar as perdas ocasionadas pela dependência, “burlando” a lei do valor da mercadoria força de trabalho em busca de extração de mais-valia, exacerbando ainda mais a funcionalidade do Exército Industrial de Reserva para a acumulação capitalista e pauperização da classe trabalhadora. Uma particularidade que explica e deriva diretamente da dependência¹², um capitalismo *sui generis*, em que produção e apropriação de mais-valia estão cindidas no espaço, separando dois momentos fundamentais do ciclo do capital, e opondo capital e trabalho de forma específica. Isto porque nas economias exportadoras o consumo individual do trabalhador não interfere na realização do produto (ainda que determine a taxa de mais-valia). Por isso não há entraves à superexploração, ao baixo consumo dos trabalhadores, desde que haja braços para reposição no processo produtivo. (MARINI, 2000a).

Portanto, resgatando Marx e seguindo seu método, Marini observa como a periferia latino-americana tem na superexploração da força de trabalho um traço estrutural na reprodução do capitalismo dependente e na funcionalização para a reprodução do capital, em escala mundial, das mazelas do subdesenvolvimento. Esvaem-se, para a TMD, as possibilidades de alterações significativas nas condições de vida da classe trabalhadora brasileira sob os auspícios dessa sociabilidade, bem como, qualquer viabilidade de que a burguesia dependente cumprisse o mesmo papel que nos

12 “Com isso, fica clara a funcionalidade do EIR para a acumulação capitalista, que se sustenta justamente baseada na superexploração, tanto através de ampliação da mais valia absoluta quanto da mais valia relativa. Mais do que isto, esta é a tendência mesma do sistema capitalista: ampliar a composição do capital, engrossar a massa de trabalhadores que compõem o EIR para, com isso, ter as portas abertas à ampliação da superexploração baseada nos quatro mecanismos de extração citados e, conseqüentemente, para o fortalecimento da acumulação” (AMARAL; CARCANHOLO, 2009, p. 222).

países de revolução clássica e até tardia. Em resposta a uma contingência da lei geral de acumulação de capital e à drenagem de recursos para os centros do sistema, só a extinção do mesmo.

3. As críticas à Marini

As conclusões e categorias elaboradas por Marini e pela TMD, relevantes e instigantes, abriram o flanco para uma série de debates e críticas, a partir das mais distintas matrizes teóricas, inclusive dentro do próprio marxismo.

No caso brasileiro, um dos debates mais importantes que Marini travou foi com o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), a quem se somou José Serra posteriormente¹³. O destaque, neste caso, vai além das divergências teóricas e perpassa o longo período em que os escritos de Marini e da TMD ficaram longe do conhecimento público. Algo que pode ser explicado também pela própria conjuntura daquele momento, com a censura imposta pela ditadura civil-militar, o que acabou contribuindo para que a concepção dominante de dependência fosse a de FHC¹⁴.

Grosso modo, a principal divergência entre FHC (1972, 1975), juntamente com Serra (1979) e Marini, reside no fato de que FHC vislumbra a possibilidade de que economias latino-americanas que avançaram na industrialização e constituição de um mercado interno pudessem conciliar dependência e desenvolvimento (acusando Marini de estagnacionista), se aproveitando dos novos padrões de IDE. Ademais, FHC e Serra negam a existência da superexploração como uma categoria específica, vendo-a muito mais como fruto de conjunturas políticas da correlação de forças da luta de classes, uma vez que em alguns países da periferia já predominava o aumento da produtividade do trabalho e a mais-valia relativa¹⁵. Ou seja, ainda que Marini e FHC se debrucem sobre a

13 Katz (2021) explana que as teorias da dependência desenvolveram-se em três vertentes: marxista (Santos, Marini, Bamberger), complementada por visão metrópole-satélite (Frank) e a de desenvolvimento dependente associado (FHC).

14 “Durante várias gerações de estudantes esses textos de Cardoso (e depois com Serra) foram utilizados como principal fonte no Brasil para ‘conhecer’ as diferentes posturas em relação à dependência latino-americana. As opiniões críticas de Cardoso sobre a vertente marxista da teoria da dependência, apesar de insustentáveis, eram repetidas em universidades e em núcleos de formação política. E esse processo de instauração de um ‘pensamento único’ sobre a dependência contou ainda com a contribuição de vários importantes intelectuais, dando margem a uma verdadeira “inércia” intelectual, que apenas nos últimos anos começa a ser rompida” (PRADO, 2011, p. 74).

15 Autores como Prado (2011) e Martins (2018) não vêm o debate entre Marini e FHC como uma simples divergência teórica acerca das categorias e conceitos marxistas, mas como fruto de uma deturpação ou estigmatização dos escritos de Marini.

situação concreta da dependência e utilizem do arsenal teórico marxiano, divergem sobre o papel exercido pela superexploração do trabalho para a acumulação de capital nas economias dependentes.

Para FHC, uma vez que o capitalismo atinge determinado estágio, a concorrência entre capitalistas impulsiona o desenvolvimento das forças produtivas e a extração de mais-valia relativa como principal meio de ampliar a taxa de lucro e baratear tanto a força de trabalho (relativamente) quanto os elementos que compõem o capital constante, e não é a espoliação das regiões exploradas que explica o processo, pois para tanto:

[...] seria preciso demonstrar que o peso dos produtos alimentícios importados era decisivo na cesta de consumo do trabalhador europeu e que não teria sido possível, com técnicas mais avançadas, lograr o barateamento da alimentação e dos demais meios de vida na Europa. Isto sem contar que, nos países capitalistas, a cesta de consumo compõe-se em forma crescente de produtos industrializados, alimentícios ou não. Além do mais, o desenvolvimento capitalista nos EE.UU deu-se de forma muito mais independente da importação de alimentos do que na Inglaterra, sem que com isto as contradições apontadas por Marini tivessem entravado a expansão da economia (CARDOSO, 1973, p. 60-61).

Marini redigiu resposta a Serra; Cardoso (1979) em um *post scriptum* de “Dialética da Dependência”, intitulado “Em torno da dialética da dependência”. Ele argumenta que tendências gerais analisadas em grandes pinceladas impedem, dado o nível de abstração, que se captem as especificidades das formações sociais¹⁶. Ele reforça que o grau de desenvolvimento das forças produtivas que interagem no mercado mundial implica em distintas composições orgânicas de capital (COK) e formas de exploração do trabalho.

FHC foi um nome que serviu de referência, por um bom tempo, no debate sobre a dependência. Quando assume a presidência da república e implementa a agenda de políticas neoliberais, passa a sofrer uma desqualificação como expoente da teoria da dependência, sendo taxado, dentre outras coisas, como um weberiano, e não mais um

16 “É provável que, por deficiência minha, o leitor não perceba um dos supostos que dão forma à minha análise: a economia exportadora constitui a etapa de transição para uma autêntica economia capitalista nacional, que só se configura quando emerge ali a economia industrial, e que a sobrevivência dos antigos modos de produção que regiam a economia colonial determinam ainda em um grau considerável a maneira como se manifestam nesses países as leis de desenvolvimento do capitalismo dependente. A importância do regime de produção escravista na determinação da atual economia de alguns países latino-americanos, como por exemplo o Brasil, é um fato que não pode ser deixado de lado” (MARINI, 2000a, p. 152-3).

marxista. É o caso de Martins (2018)¹⁷, Amaral (2012) e Ouriques (1995), para os quais a hipervalorização da dimensão política, o foco em tipologias para a análise da situação concreta e as acusações de que Marini recai em economicismo. Ou ainda, para Cotrim (2001), Cardoso utiliza Marx para a análise econômica e Weber para a análise política, subjugando o primeiro ao último e recaindo em um modelo de transformação da realidade a partir da razão.

Para Franklin (2015) é equivocado tratar FHC como um weberiano, uma vez que o papel atribuído à política e a crítica ao economicismo busca muito mais resgatar o papel da luta de classes na transformação social, do que representa uma filiação ao weberianismo. Além disso, no pensamento de FHC aparece a dialética entre estrutura e superestrutura, bem como, não se pode classificar o pensamento de um autor com base em elementos pontuais ou único elemento.

[...] por mais que se façam ressalvas quanto ao seu rigor teórico, à sua apreensão da dialética e das categorias do marxismo, às suas posições políticas e, principalmente, à sua atuação enquanto presidente do Brasil, deve-se reconhecer que a teoria da dependência de Fernando Henrique Cardoso filia-se ao pensamento marxista. É óbvio que isso não implica concordar com essa teoria, mas significa simplesmente que as avaliações e críticas internas a ela dirigidas devem ser feitas tendo como principal referência o paradigma fundado por Karl Marx (FRANKLIN, 2015, p. 26).

De qualquer modo, pode-se dizer que para Marini a superexploração impede a conciliação entre dependência, democracia e bem-estar social (fruto do nexo imperialismo-dependência-superexploração) mesmo com desenvolvimento das forças produtivas, já que a própria lógica do capital é o problema a ser superado. Motivo pelo qual vê em Cardoso uma apologia idílica ao capitalismo, inclusive o dependente, com fechamento aos questionamentos críticos para consagrar falsas saídas. Ambos são expressão do catastrofismo e do possibilismo que nunca se cumprem, de vias distintas para interpretações arbitrárias que não se fundamentam na história, dos limites das interpretações dos problemas das economias coloniais em transição (HADLER, 2013).

Segundo Cueva (2019) o desenvolvimento capitalista nas áreas dependentes não

17 “Grande parte das críticas que Marini recebeu é oriunda de um marxismo formalista e mecanicista, incapaz de compreender que os conceitos se transformam a partir da necessidade de desdobramento para níveis mais concretos da realidade, ou provêm de um pensamento neodesenvolvimentista, dependentista ou neoliberal que, diante de opção que faz pela subordinação, se preocupa com a crítica radical de Marini aos efeitos econômicos, políticos e sociais do capitalismo dependente” (MARTINS, 2018, p. 470).

é regido por leis distintas, que impedem a reprodução ampliada (pois também impera acumulação, concentração e centralização de capital). Se o desenvolvimento latino-americano desaponta as expectativas desenvolvimentistas, é um problema da história das ideologias, não caso aberrante dentro do sistema¹⁸.

No tocante à superexploração, é válido questionar até que ponto a luta de classes influencia não apenas o preço da força de trabalho, mas seu próprio valor. Ademais, indagar sobre a possibilidade de tal preço manter-se abaixo do valor por longos períodos, e não apenas conjunturalmente (FRANKLIN, 2019).

O valor da força de trabalho depende da quantidade dos meios de subsistência e do valor desses meios, no entanto, as próprias necessidades naturais, básicas e hábitos são distintos de acordo com o clima e outras peculiaridades dos países, além de conterem um elemento histórico.

O valor da força de trabalho, como o e toda outra mercadoria, é determinado pelo tempo de trabalho necessário à produção, portanto também reprodução, desse artigo específico. Enquanto valor, a própria força de trabalho representa apenas determinado quantum de trabalho social médio nela objetivado. A força de trabalho só existe como disposição do indivíduo vivo. Sua produção pressupõe, portanto, a existência dele. [...] o valor da força de trabalho é o valor dos meios de subsistência necessários à manutenção do seu possuidor [...]. A soma dos meios de subsistência deve, pois, ser suficiente para manter o indivíduo trabalhador como indivíduo trabalhador em seu estado de vida normal [...] Em antítese a outras mercadorias a determinação do valor da força de trabalho contém, por conseguinte, um elemento histórico e moral. No entanto, para determinado país, em determinado período, o âmbito médio dos meios de subsistência básicos é dado (MARX, 1996, 288-289)

Isto é, de acordo com o país alteram-se também não apenas o valor, mas o volume dos meios de subsistência. E mesmo nos casos em que o preço da força de trabalho se situa abaixo do seu valor por períodos mais longos, ainda assim é uma efetivação da lei do valor de Marx, e não uma violação de tal lei, sendo a luta de classes responsável por aproximar ou distanciar as duas magnitudes (ARAÚJO, 2016).

Outra crítica a Marini que merece destaque, é a de que a superexploração não seria um fenômeno particular, mas sim fenômeno comum a qualquer economia

18 Como para o marxismo, classe social não consiste em diferenças de renda, educação, prestígio, riqueza, mas é problema que requer uma teoria geral da sociedade e da história, Cueva (1997) se ocupa em precisar e definir alguns conceitos caros ao marxismo, como modo de produção, classes sociais, classe “em si” e “para si”, classes médias, frações de classe etc. Cabe realçar que os processos independentistas latino-americanos não seria, para o autor, um modo de autonomização econômica, mas de hegemonia de classe por parte das burguesias desses países, o que pôde se dar mesmo contingenciadas pelas diferenças com os capitalismo centrais.

capitalista, onde vige a concorrência entre capitais. Neste caso, a perspectiva apontada é a de que os aumentos nos níveis de exploração, ou seja, o grau de exploração da força de trabalho não depende do capital variável (salários) exclusivamente, mas da taxa de mais-valia. (NASCIMENTO; DILLENBURG; SOBRAL, 2012) 19.

O próprio Marini (1997), ao analisar a globalização e a supressão das barreiras nacionais no mercado mundial, afirma que a tendência é uma homogeneização do capital fixo e circulante, e o pleno restabelecimento da lei do valor. A contrapartida seria o aumento da importância do trabalhador para os lucros extraordinários, com papel de destaque para a superexploração do trabalho. Deste modo, se generaliza para todo o sistema o que era um traço definitivo (mas não privativo) da economia dependente.

Pelo exposto percebe-se que há controvérsias ao tratar de superexploração da força de trabalho à luz de Marx. No artigo foram levantadas duas questões que denotam ser impossível, tanto analisar o tema sem tratar de forma mais objetiva as categorias marxianas, quanto pensar a superexploração, objetivamente, como resposta automática à relação de dependência. O debate dentro do próprio campo marxiano em torno do tema é bastante profícuo.

Realça-se que não é possível apreender a realidade nacional encarando-a como reflexo passivo diante de determinações externas. A despeito da reprodução do capitalismo dependente responder a contingências que o estimulam de fora para dentro, só é compreensível se reconhecido que tal reprodução também se dá de dentro para fora, através dos homens, das classes e da luta de classes, isto é, de sua formação e dinâmica. E no caso brasileiro e latino-americano, a escravidão tem papel fundamental na determinação do padrão médio de existência da classe trabalhadora, isto é, no valor da força de trabalho, em termos histórico-culturais.

4. Considerações Finais

Indubitavelmente, Marini e a TMD têm grande contribuição para a apreensão da realidade e dos dilemas enfrentados pela classe trabalhadora dos países dependentes. Contudo, algo parece não ter o devido tratamento por estes autores: as particularidades

19 Os mesmos autores redigem artigos também em 2015 e 2016, reforçando essa ideia e travando interessante debate com Corrêa; Carcanholo (2016), para os quais é impossível atribuir a Marx uma categoria superexploração.

do processo de constituição dos países periféricos. É fato que a superexploração tem estreita relação com os padrões de dominação externa aos quais a periferia é submetida; de outro lado, porém, a forma como se desdobra o desenvolvimento do capitalismo em um país de matriz colonial e escravista frente a isso, é de fundamental importância para a compreensão do tema.

Sendo as categorias de Marini cada vez mais utilizadas para a compreensão da particularidade brasileira, faz-se mister uma análise crítica da superexploração da força de trabalho. Sem ignorar a relevância do autor e seu aporte teórico, o intuito é lançar luz para alguns limites que a categoria superexploração oferece, sem levar em conta o processo de formação nacional; ou seja, ainda que se possa convergir que o capitalismo dependente e subdesenvolvido estreita os limites nacionais e democráticos, e se consolida com o Golpe de 1964, pensar a ampliação democrática e dos interesses nacionais perpassa, ainda, tratar da superação dos nexos coloniais, determinantes fundamentais da própria dependência e subdesenvolvimento. Algo ainda mais urgente quando nos aproximamos mais de um processo de reversão neocolonial do que ampliação da equidade e soberania popular (SAMPAIO JUNIOR, 2012a)

. Mais especificamente, a escravidão é determinante para a forma pela qual se constitui a mercadoria força de trabalho no Brasil. Portanto, a escravidão é imprescindível tanto para a compreensão da dinâmica da luta de classes quanto da própria constituição do valor da força de trabalho, estabelecido também histórico-culturalmente. Sem isso, a superexploração, resposta do capitalismo dependente à drenagem de recursos para fora – tende a se converter num ato mecânico que despe de significado as classes e a luta de classe no Brasil e na América Latina. Algo caro quando se prospecta o socialismo.

A escravidão não pode ser relegada ao segundo plano se o intuito é compreender as formas de exploração da classe trabalhadora no Brasil. Disso, resulta essencial dialogar com dois temas relevantes: 1- a escravidão em si, e como ela marca a constituição do capitalismo brasileiro e da classe trabalhadora no país; 2- a forma como o capitalismo brasileiro, sob a égide do imperialismo (do pós-abolição até o Golpe de 1964), reforça os liames e estigmas da escravidão como meio de dar maior amplitude e legitimidade à exploração da força de trabalho. O que fica como sugestão de aprofundamento de pesquisa e debate,

Não é possível apreender a particularidade nacional encarando-a como reflexo

passivo diante de determinações externas. É tarefa de extrema relevância para a compreensão dos dilemas nacionais, articular a expansão do capitalismo em suas distintas fases, com as transformações mais relevantes no que dizem respeito ao processo de formação e ao regime de classes aqui estabelecido, sob pena do enunciado do socialismo se descolar das condições materiais e subjetivas que possibilitam sua efetivação.

5- Referências Bibliográficas

AMARAL, Marisa Silva & CARCANHOLO, Marcelo Dias. A superexploração do trabalho em economias periféricas dependentes. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v 12, n. 2, pp. 216-225, 2009.

AMARAL, Marisa Silva. **Teorias do imperialismo e da dependência: a atualização necessária ante a financeirização do capitalismo.** Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Faculdade de Economia e Administração, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2012. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12140/tde-09102012-174024/pt-br.php7>

ARAÚJO, Elizeu Serra de. Sobre as Categorias Valor e Preço da Força de Trabalho em Marx. **Economia-Ensaio**, Uberlândia, n. 30, pp. 185-205, jan. 2016.

BORGES NETO, João Machado. Ruy Mauro Marini: dependência e intercâmbio desigual. **Revista Crítica Marxista**, n. 33, pp. 83-104, 2011.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. Dialética do desenvolvimento periférico: dependência, superexploração da força de trabalho e política econômica. **Revista Economia Contemporânea**. Rio de Janeiro, v. 12, n.2, pp. 247-272, 2008.

CARDOSO, Fernando Henrique. As contradições do desenvolvimento-associado. **Estudos CEBRAP**, n.8, São Paulo, pp. 42-75, 1974.

CARDOSO, Fernando Henrique. Notas sobre Estado e dependência. **Cadernos CEBRAP**, São Paulo, n.11, 1973.

CARDOSO, Fernando Henrique. Notas sobre o estado atual sobre os estudos sobre dependência. **Estudos CEBRAP**, n. 11, São Paulo, 1975, pp. 30-72.

CARVALHO, José M. de. **Cidadania no Brasil, o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

CORRÊA, Hugo Figueira; CARCANHOLO, Marcelo Dias. Uma teoria da superexploração da força de trabalho em Marx? Um Marx que nem ele mesmo tinha percebido. **Revista da Sociedade Brasileira Economia Política**, Niterói, n. 44, pp. 10-30, jul-set. 2016.

COTRIM, Ivan. **O capitalismo dependente em Fernando Henrique Cardoso**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Instituto de

Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/215137>

CUEVA, Augustin. A concepção marxista de classes sociais. **Revista Mediações**, Londrina, v. 2, n. 2, pp. 69-79, jul-dez. 1997.

CUEVA, Augustín. O desenvolvimento do capitalismo na América Latina e a questão do Estado. **Instituto de Estudos Latino Americanos (IELA)**, 07 de março de 2019. Disponível em: <https://iela.ufsc.br/noticia/o-desenvolvimento-do-capitalismo-na-america-latina-e-questao-do-estado/>

DUARTE, Pedro Henrique Evangelista. Economia Política do Trabalho no Capitalismo Dependente: apontamentos sobre a marginalidade social e a superexploração da força de trabalho. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, n. 45, pp. 94-118, out-dez. 2016.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

FRANKLIN, Rodrigo Straessli Pinto. Seria Fernando Henrique Cardoso um weberiano? **Anais do XI Congresso Brasileiro de História Econômica e 12ª Conferência Internacional de História das Empresas**, Vitória-ES, 2015.

FRANKLIN, Rodrigo Straessli Pinto. **Teoria da Dependência**: categorias para uma análise do mercado mundial. Tese (Doutorado), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Economia, Porto Alegre, 2019.

HADLER, João Paulo de Toledo Camargo. **Dependência e superexploração**: os limites das reflexões de Fernando Henrique Cardoso e Ruy Mauro Marini sobre a problemática do desenvolvimento dependente. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico, Instituto de Economia da Unicamp, Campinas, 2013.

IANNI, Octavio. **A ideia de Brasil moderno**. São Paulo: Brasiliense, 1992.

KATZ, Claudio. O surgimento das teorias da dependência. **A Terra é Redonda**, 22 de agosto de 2021. Disponível em: https://aterraeredonda.com.br/o-surgimento-das-teorias-da-dependencia/?doing_wp_cron=1647300410.3400731086730957031250

LUCE, Mathias Seibel. A superexploração da força de trabalho no Brasil. **Revista da Sociedade Brasileira Economia Política**, São Paulo, n. 32, pp. 119-141, jun. 2012.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I, Tomo II. São Paulo: Nova Cultural, 1996a.

MARINI, Ruy Mauro (1997). Proceso y tendencias de la globalización capitalista. In: MARTINS, Carlos Eduardo (org.). **América Latina, dependencia y globalización**. Bogotá: CLACSO; Siglo del Hombre, 2008.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da Dependência (1973). IN: SADER, Emir (org.). **Dialética da Dependência**: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini. Petrópolis,

RJ: Vozes, 2000a.

MARTINS, Carlos Eduardo. A teoria marxista da dependência à luz de Marx e do capitalismo contemporâneo. **Caderno CRH**, Salvador, v. 31, n. 84, pp. 463-481, set-dez. 2018.

NASCIMENTO, Carlos Alves do; DILLENBURG, Fernando Frota; SOBRAL, Fábio Maia. Exploração e superexploração da força de trabalho em Marx e Marini. **Anais do XVII Encontro Nacional de Economia Política**, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <https://www.sep.org.br/mostrar.php?url=17/2023-exploracao-e-superexploracao-da-forca-de-trabalho-em-marx-e-marini.pdf>

NASCIMENTO, Carlos Alves do; DILLENBURG, Fernando Frota; SOBRAL, Fábio Maia. O Capital: um drama para ser lido, relido e... ouvido. **Revista da Sociedade Brasileira Economia Política**, Niterói, n. 44, pp. 32-44, jul-set. 2016.

NASCIMENTO, Carlos Alves do; DILLENBURG, Fernando Frota; SOBRAL, Fábio Maia. Teoria da exploração e da superexploração da força de trabalho em O Capital (Livro I) de Marx. **Revista da Sociedade Brasileira Economia Política**, n. 43, pp. 106-131, fev-mai. 2015.

OURIQUES, Nildo. La teoría marxista de la dependencia: una historia crítica. **Tese de Doutorado**. México: UNAM, 1995.

PRADO JR, Caio. **A revolução brasileira**. 4ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1972.

PRADO JR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. 12ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1977.

PRADO, Fernando Correa. História de um não-debate: a trajetória da teoria marxista da dependência no Brasil. **Comunicação & Política**, v. 29, n. 2, pp. 68-94, mai-ago. 2011.

RICARDO, D. **Princípios de economia política e tributação**. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

SAMPAIO JUNIOR, Plínio de Arruda. Capitalismo dependente e reversão neocolonial. **Memorial acadêmico**, vol. 2, mimeo, 2012a.

SAMPAIO JUNIOR., Plínio de A. Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 112, 2012b.

SAMPAIO JUNIOR, Plínio de Arruda. O impasse da 'formação nacional. In: FIORI, José Luís (org.). **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. Petrópolis: Vozes, 1999.

SERRA, José; CARDOSO, Fernando Henrique. As desventuras da dialética da dependência. **Estudos CEBRAP**, n. 23, São Paulo, pp. 33-80, 1979.